

“NO FIM NÃO VAI FICAR NADA”: Exploração dos Recursos Florestais em Cabo Delgado Relatório do trabalho de campo em Namiune, Nkonga e 5º Congresso

Relatório do trabalho de campo nas concessões COMADEL e a FMJ, Cabo Delgado, Novembro de 2010

Yussuf Adam
Andreas Klaey
Júlio Machele

Maputo, Janeiro 2011



u^b

^b
**UNIVERSITÄT
BERN**

CDE
CENTRE FOR DEVELOPMENT
AND ENVIRONMENT

“NO FIM NÃO VAI FICAR NADA”: Exploração dos Recursos Florestais em Cabo Delgado Relatório do trabalho de campo em Namiune, Nkonga e 5º Congresso

Relatório do trabalho de campo nas concessões COMADEL e a FMJ, Cabo Delgado, Novembro de 2010

Yussuf Adam
Andreas Klaey
Júlio Machele

Maputo, Janeiro 2011

Acrónimos

AIM:	Agência de Informação de Moçambique
ALS:	(Autodidactic Learning for Sustainability), Formação Autodidacta sobre a Gestão Sustentável dos Recursos Naturais
CAA:	Corte Anual Admissível
CMM:	Companhia de Madeiras de Moçambique
CRN:	Comités de Recursos Naturais
DAP:	Diâmetro a Altura do Peito
DNFFB:	Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia
DPA:	Direcção Provincial da Agricultura
ESAPP:	Programa de Parceria na África Oriental e Austral (Eastern and Southern Africa Partnership Programme)
FAEF:	Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal
MADMO:	Madeiras de Moçambique
MINAG:	Ministério da Agricultura
MFJ:	Mohamed Faruk Jamal
OGE:	Orçamento Geral do Estado
RM:	Rádio Moçambique
UEM:	Universidade Eduardo Mondlane

Contents

Summary	7
Resumo	9
1 Introdução	10
2 No fim não vai ficar nada	13
2.1 A crise das regenerações natural e induzida	13
2.2 Os extractores – motosserras, machados, catanas e fogo	19
2.3 As instituições: como controlar o descalabro?	24
3 As soluções	31
3.1 A concessão	32
3.2 Os Comités dos Recursos Naturais (CRNs)	33
3.3 Os 20 por cento	34
4 Concluindo	35
Referência bibliográfica	38
Anexos	41

Ilustrações

Ilustração 1	Indicação à concessão COMADEL em Nangade.	11
Ilustração 2	Faruk Jamal de costas, o funcionário das alfândegas e um cidadão de origem asiática num estaleiro da MITI Lda.	14
Ilustração 3	Abudo Alifa Presidente da aldeia 5º Congresso	16
Ilustração 4	transporte de madeira (Umbila, <i>Pterocarpus Angolensis</i>) na saída de Nkonga para Mocimboa da Praia.	18
Ilustração 5	A madeira pronta para uma construção tradicional.	20
Ilustração 6	Um tronco de “Umbila” (<i>Pterocarpus anoglensis</i>) pronto para serrar a mão. (S 11°13,195’, E 40°00,109’, A 150m)	23
Ilustração 7	Esta árvore (“Mpama”) serviu para construir a capoeira. (S 11°13,442’, E40°00,249’, A 109m)	25
Ilustração 8	Machamba de arroz na lagoa. (S 11°13,442’, E40°00,249’, A 109m)	26
Ilustração 9	A Aldeia nova de Mtware.(s 11° 08,111’, E 39° 52,663’, A 176m)	28
Ilustração 10	Alçapão novo e antigo, covas de 3 m de profundidade (dois elefante foram apanhados e abatidos). (S 11°02,577’, E39°52,937’, A 179m)	29
Ilustração 11	Plantação de Cajueiros (S 11°02,577’, E39°52,937’, A 179m)	30
Ilustração 12	A água consumida em Namiune constitui um risco de saúde. (S 11°02,383’, E 39°51,920’, A 173 m)	31
Ilustração 13	A Floresta Comunitária de Namiune com uma área de 15 ha.	32
Ilustração 14	Nkonga: Escola construída pelos residentes na base dos 20% e com ajuda da MITI Lda.	33
Ilustração 15	Discussão sobre os planos do Comité dos Recursos Naturais de Nkonga.	34
Ilustração 16	O que restou de um pequeno elefante que estava preso no matope e depois foi apanhado pelos jovens de Nkonga.	35
Ilustração 17	Nascente do Rio na floresta Mangarare. (S 11°14,738’, E 39°57,073’, A 130m)	36
Ilustração 18	Almoço de Domingo no quintal da Casa de Faruk Jamal depois da discussão dos resultados imediatos da pesquisa em Novembro 2010.	37

“AT THE END, NOTHING AT ALL WILL BE LEFT”: Exploitation of Forest Resources in Cabo Delgado. Field work Report, Namiune, Nkonga and 5th Congress villages.

Report of field work in COMADEL and FMJ forest concessions, Cabo Delgado, November 2010

Yussuf Adam, Andreas Klaey, Júlio Machele

Maputo, January 2011

Summary

This report focuses on forest product users in the COMADEL and FMJ forest concessions, Cabo Delgado, as well as the effects of their combined strategies and activities on sustainable use of natural resources and sustainable socio-economic development of the region. The aim is to contribute to understanding the effects of these strategies and activities on forest regeneration, ecosystem services and on resource sustainability. The study examines the role played by the Committees of Natural Resources in forest exploitation.

Data obtained from interviews and observations were used to complement and update a variety of existing data from oral and written sources dealing with forest regeneration in Cabo Delgado. These existing materials originate from previous studies conducted in the context of the ESAPP project that started more than two years ago. They include results from Learning for Sustainability workshops (LforS, <http://www.cde.unibe.ch/Pages/Project/2/14/Learning-for-Sustainability-Extension-Approach.aspx>), as well as field reports, academic studies, management plans used by concessionaires, and others.

The interviews and observations took place more or less continuously from the beginning of this phase of the project in 2008. Interviews were systematically conducted with owners of concessions operating in the region, employees of logging companies, residents of villages within the existing concessions, government officials and others. It was not possible to collect information directly from poachers in part due to the illegal nature of their work. Information on these activities was obtained indirectly through members of the Committees of Natural Resources, the concessionaire, and its workers, as well as by observing the traces of extraction – traps, bones and parts of slaughtered animals, tree stumps, material ready for transportation, etc.

The main results indicate that extraction by the logging company MITI Ltd. and others acting in the region, by poachers and by other actors – e.g. sawyers using manual saws – put a lot of pressure on marketable species, particularly *Millettia stuhlmannii*, *Azelia quanzensis* and *Swartzia madagascariensis*. Natural regeneration of forests in northern Cabo Delgado is being compromised by the combination of various extracting activities and uncontrolled fires. MITI Ltd. continued the pattern of exploitation of forest resources that was characteristic of companies operating in the region earlier, such as COMADEL. MITI Ltd. failed to implement the broad range of development and conservation activities encouraged by the new legislation on forest concessions that was created to promote sustainable use of resources.

Keywords: Forests, Committees of Natural Resources, Cabo Delgado, MITI.

Resumo

O objecto deste relatório são os utilizadores dos produtos florestais e os efeitos da conjugação das suas estratégias e actividades extractivas na sustentabilidade dos recursos naturais e no desenvolvimento sustentável da região. O objectivo é contribuir para a compreensão dos efeitos da utilização da floresta pelos diversos utilizadores na sustentabilidade do recurso. O estudo analisa o papel desempenhado pelos Comités dos Recursos Naturais (CRN) na exploração da floresta.

Uma diversidade de fontes orais e escritas que tratam das florestas em Cabo Delgado foi utilizada para complementar as entrevistas, observações e os resultados dos seminários ALS efectuados. Os materiais utilizados incluem estudos anteriores realizados no contexto do projecto ESAPP. Trata-se de estudos sobre a regeneração de florestas em Cabo Delgado iniciados há mais de dois anos. Estes trabalhos incluem seminários de Auto Aprendizagem para a Sustentabilidade, relatórios de campo, estudos de carácter académico, planos de manejo usados pelo concessionário e outros.

As entrevistas e observações decorreram mais ou menos de forma continuada desde que esta fase do projecto começou em 2008. Foram sistematicamente entrevistados os concessionários que actuam na região, os funcionários das empresas madeireiras, os residentes das aldeias existentes no interior das concessões, os funcionários do Estado e outros. Não foi possível colher informação directa de exploradores furtivos em parte devido a natureza ilegal do seu trabalho. A informação sobre a actividade destes foi obtida de uma forma indirecta através dos membros dos Comités dos Recursos Naturais bem como de observações dos resultados da sua extracção – abate, serração no terreno, transporte, etc., e do próprio concessionário e seus trabalhadores.

Os principais resultados indicam que o corte pela empresa concessionária MITI Lda., e por outras que actuam na região, pelos furtivos e por outros actores – serradores que utilizam serrões manuais - exerce uma pressão muito grande sobre as árvores de espécies comercializáveis sobretudo chanfuta, umbila e pau-ferro., A regeneração natural das florestas no norte de Cabo Delgado está a ser comprometida pela conjugação das várias actividades extractivas e das queimadas descontroladas. A MITI continuou o padrão de exploração de recursos florestais que era característica das empresas que actuaram na região anteriormente. A MITI não aproveitou e não conseguiu de uma forma clara atingir os objectivos da nova legislação – a lei das concessões florestais que foi criada para evitar e precaver os efeitos das antigas concessões florestais promovendo uma utilização sustentável dos recursos.

Palavras-chave: florestas, Comités dos Recursos Naturais, Cabo Delgado, MITI.

1 Introdução

Este relatório resulta do trabalho de investigação efectuado nas duas concessões florestais da província de Cabo Delgado, Mohamed Faruk Jamal (MFJ) e Comadel. Trata se de uma tentativa de dar continuidade às investigações iniciadas há mais de dois anos no quadro do projecto ESAPP Q804. Os estudos envolvendo equipas multidisciplinares foram financiados pelo Programa de Parceria na África Oriental e Austral -Eastern and Southern Africa Partnership Programme (ESAPP – Q804) e pela MITI Lda. Trabalhos anteriores foram tomados em consideração (Adam et al, 2009; Adam, 2008).

O objecto deste relatório são os utilizadores dos produtos florestais e os efeitos da conjugação das suas estratégias e actividades extractivas na sustentabilidade dos recursos naturais e no desenvolvimento sustentável da região.

O objectivo é contribuir para a compreensão dos efeitos da utilização da floresta pelos diversos utilizadores na sustentabilidade do recurso. O estudo analisa o papel desempenhado pelos Comités dos Recursos Naturais (CRN) na exploração da floresta. Foram registados os métodos usados para a extracção da madeira e de outros recursos florestais – estacas, cascas de árvores, cordas, bambus, mel, animais bravios, produtos usados para a alimentação e plantas medicinais. As instituições que representam o Estado moçambicano foram consideradas. Propostas de soluções para os problemas identificados feitas pelos diversos actores foram registadas. O relatório tenta identificar possíveis linhas de investigação a seguir no futuro.

Uma diversidade de fontes orais e escritas que tratam das florestas em Cabo Delgado foi utilizada para complementar as entrevistas, observações e os resultados dos seminários ALS efectuados.

Os materiais utilizados incluem estudos anteriores realizados no contexto do projecto ESAPP. Trata se estudos sobre a regeneração de florestas em Cabo Delgado iniciados há mais de dois anos. Estes trabalhos incluem seminários de Auto Aprendizagem para a Sustentabilidade, relatórios de campo, estudos de carácter académico, planos de manejo usados pelo concessionário e outros.

As entrevistas e observações decorreram mais ou menos de forma continuada desde que esta fase do projecto começou em 2008. Foram sistematicamente entrevistados os concessionários que actuam na região, os funcionários das empresas madeireiras, os residentes das aldeias existentes no interior das concessões, os funcionários do Estado e outros. Não foi possível colher informação directa de exploradores furtivos em parte devido a natureza ilegal do seu trabalho. A informação sobre a actividade destes foi obtida de uma forma indirecta através dos membros dos Comités dos Recursos Naturais bem como de observações dos resultados da sua extracção – abate, serração no terreno, transporte, etc., e do próprio concessionário e seus trabalhadores.

Os principais resultados indicam que o corte pela empresa concessionária MITI Lda., e por outras que actuam na região, pelos furtivos e por outros actores – serradores que utilizam serrões manuais - exerce uma pressão muito grande sobre as árvores de espécies comercializáveis sobretudo chanfuta, umbila e pau-ferro., A regeneração natural das florestas no norte de Cabo Delgado está a ser comprometida pela conjugação das várias actividades extractivas e das queimadas descontroladas.

A MITI continuou o padrão de exploração de recursos florestais que era característica das empresas que actuaram na região anteriormente. A MITI não aproveitou e não conseguiu de uma forma clara atingir os objectivos da nova legislação – a lei das concessões florestais que foi criada para evitar e precaver os efeitos das antigas concessões florestais promovendo uma utilização sustentável dos recursos.



Ilustração 1 Indicação à concessão COMADEL em Nangade.

2 No fim não vai ficar nada

A auto-sustentabilidade do desenvolvimento só pode ser garantida pela auto-sustentabilidade do recurso natural. Esta auto-sustentabilidade pode ser mantida por dinâmicas de uso da terra, da água, das florestas e de outros recursos e também por dinâmicas de manutenção da regeneração natural. Caso a regeneração natural esteja comprometida esforços de regeneração artificiais ou induzidas – como a reflorestação, as plantações - podem ser utilizadas.

Quando o factor que impede a regeneração natural é o mesmo que impede a regeneração artificial – neste caso concreto a queimada – a regeneração e a manutenção do recurso corre um perigo fundamental. Os estudos para a utilização da floresta e sobretudo das espécies comerciais utilizam como indicadores – o diâmetro dos troncos das espécies com valor comercial – a regeneração estabilizada, isto é, as árvores que já estão estabelecidas e que vão crescer. Este indicador conduz a uma avaliação que não corresponde a realidade pois não considera as dinâmicas da floresta desde que as sementes germinam e as plantas atinjam um porte a partir do qual o fogo não as possa destruir.

2.1 A crise das regenerações natural e induzida

A regeneração natural das florestas no norte de Cabo Delgado está a ser comprometida pela conjugação das várias actividades extractivas dos diversos utilizadores da floresta – concessionários, empresas madeireiras, camponeses, portadores de licenças simples, camponeses, furtivos - e das queimadas descontroladas.

Nas concessões visitadas podemos verificar que o corte pela empresa concessionária MITI Lda., e por outras que actuam na região, pelos furtivos e por outros actores – serradores que utilizam serrões manuais - exerce em conjunto ou cumulativamente uma pressão muito grande sobre as árvores de espécies comercializáveis, sobretudo chanfuta e umbila com uma grande demanda local pela construção civil e carpintaria. As empresas de maior porte para além destas duas espécies concentram-se em espécies de maior valor comercial como o pau-ferro e a metoria. O pau-ferro devido as suas características não é utilizado no mercado local em Moçambique. O corte e o transporte desta espécie de madeira necessitam de condições que os furtivos não possuem o que dá um virtual monopólio ao concessionário ou a qualquer empresa madeireira que consegue exportar para a China.

O pau-ferro nos anos 70 e 80 formava uma espécie de floresta no norte da concessão COMADEL, no actual distrito de Nangade. Devido a pressão exercida pelas diversas empresas que actuaram na região desde 1975 ano da independência – MADEMO¹, CMM, SOMAFOR, COPEMO, - esta espécie, sujeita a uma grande pressão de corte, acabou por ser afectado. A floresta de pau-ferro no norte de Cabo Delgado desapareceu. Numa viagem em Novembro de 2010 que efectuamos pelo interior da mata utilizando estradas antigas, picadas abandonadas e caminhas de pé posto entre Nandimba, perto do Rovuma, e a aldeia Nkonga não encontramos nenhuma árvore de pau-ferro. Também não encontramos espécimen de

¹ Mademo, uma subsidiária da sul-africana Continental Timbers estabelecida em 1946 (Hughes, 1999:6) se tornou numa empresa para estatal em 1980 agrupando todas as serrações operacionais. Com as políticas de privatização no sector de madeiras em 1991 54% das empresas processadoras de madeira agrupadas na MADEMO foram privatizadas (Cuco, 1994).

chanfuta e umbila de grande porte. Duas árvores de umbila de porte interessante marcavam a entrada para uma casa isolada.

Neste momento existem espécimes individuais espalhados pela mata. As empresas concessionárias procuram, localizam e abatem indivíduos desta espécie isolados ou em grupos devido ao seu valor para exportação. A metoria e outras espécies que podem ser exportadas em troncos são também um alvo preferencial de empresas como a MITI Lda.

Os madeireiros locais, isto é, os habitantes das aldeias situadas no interior ou a volta das concessões em que a MITI Lda., opera abatem e serram espécies que lhes permitem produzir tábuas que são exportadas para a Tanzânia. Esta exportação se faz via terrestre através do Rio Rovuma ou usando barcos a partir de Mocimboa da Praia. A exportação para a Tanzânia é feita usando camiões, tractores, motas e bicicletas. O escoamento em *dhows* – lanchas por Mocimboa da Praia é feito usando se camiões do interior das concessões até o porto.² Normalmente estes camiões que facilitam o trágico são propriedade da MITI Lda., sendo os transportes efectuados pelos motoristas sem o conhecimento da direcção da empresa.



Ilustração 2 Faruk Jamal de costas, o funcionário das alfândegas e um cidadão de origem asiática num estaleiro da MITI Lda.

² A situação de exportação ilegal para Tanzânia nos parece generalizada. De facto o Savana noticiava na edição de 24 de Agosto de 2010 que as florestas moçambicanas continuam a saque. Trata se de uma rede sofisticada composta por moçambicanos e tanzanianos que transportam madeira para a vizinha Tanzânia, através de Negomano, distrito de Mueda, província de Cabo Delgado. O combate a esta rede é feito através de um 4x4 em precário estado mecânico. As autoridades de Cabo Delgado reconhecem a falta de meios e lamentam a situação (“Saque de Madeira prossegue em Cabo Delgado” In Savana, 29 de Agosto de 2010).

Estas actividades devido à sua natureza clandestina são extremamente difíceis de monitorar. A evidência da existência deste tráfico é nos dados pelas apreensões de madeira que são feitas pelas concessionárias no interior das suas áreas ou pela administração distrital nas zonas de corte. Evidência é também fornecida pelas concentrações de madeira que existem em Mocimboa da Praia em zonas de embarque como Nabubussa ou em quintais das residências. Uma evidência mais forte da actividade dos furtivos é nos dados pelos troncos abandonados pelos serradores manuais nas diferentes áreas em que a MITI Lda. actua. Um dispositivo para serrar é montado com um tronco em cima. Este acaba por ser abandonado devido a chegada de algum tipo de autoridade ou de funcionários da MITI Lda.

Nas aldeias que visitamos – Nkonga, 5 Congresso, Namuine, Muangaza - existem vários serradores que empregam entre 15 a 20 homens. Todavia nenhum dado concreto foi obtido sobre estes serradores especializados. Os residentes das aldeias e outros responsáveis alegam não ter conhecimento deste assunto. Nos seus planos de actuação para 2010 os Comitês de Recursos Naturais de Nkonga, 5º Congresso e Namiune incluíram, por sua própria iniciativa e sem qualquer tipo de sugestão ou encorajamento dos membros da nossa equipa de investigação, como tarefa a realizar em 2010, a listagem de todos os proprietários de serrões manuais e de pessoas que cortavam árvores e serravam tábuas. Esta tarefa de listagem não foi cumprida em nenhuma das aldeias, o que não quer dizer que os membros de Comitês de Recursos Naturais ou os responsáveis das aldeias não saibam quem eles são. Em Nkonga há pelo menos, segundo uma fonte que pediu anonimato, entre 9 a 15 serradores que produzem uma quantidade grande de tábuas. Segundo a informação que obtivemos há vários residentes que empregam entre 10 a 15, e as vezes, mais trabalhadores na aldeia de Nkonga. Este volume de mão-de-obra indicia a existência de serradores com uma certa capacidade económica, de volume de troncos cortados, madeira serrada e vendida.

A mesma fonte indicou que os responsáveis das aldeias não estavam disponíveis para fornecer informação pois eles estavam directa ou indirectamente implicados nesses negócios. Os madeireiros das aldeias eram sócios dos responsáveis ou recebiam dinheiro para autorizarem o corte. O argumento avançado pelos responsáveis das aldeias nalguns seminários ALS – Nkonga 2009 – ou em discussões privadas é que tinham o direito de receber pagamentos das pessoas que cortavam madeira na aldeia. “O governo em Maputo, em Pemba, nas capitais distritais recebe dinheiro das empresas para dar licenças” - argumentam. “Assim, nós e os responsáveis das aldeias temos que cobrar aos que trabalham nas nossas zonas”. Nas outras aldeias em que trabalhamos - 5 Congresso, Namuine, Muangaza – fomos informados de que os responsáveis das aldeias, isto é, os presidentes, os secretários, os régulos, etc. Estão directamente envolvidos no negócio da madeira. Nalguns casos cortam eles próprios e noutros facilitam a actuação de outras pessoas.

A MITI Lda., corta um volume de madeira de várias espécies – pau-ferro, metoria, umbila e chanfuta – que é escoada para a sua serração em Mocimboa da Praia. Existem registos de produção da empresa. A informação existente não foi consultada. Os dados não permitem concluir qual o número de árvores abatidas e o rendimento em metros cúbicos por cada árvore considerando o tronco e as ramadas. A transparência é o indicador mais importante para uma gestão correcta dos recursos florestais. Não sabemos se os dados disponíveis na MITI Lda., possam favorecer uma análise pormenorizada das árvores abatidas, espécies, tamanhos, rendimentos em madeira por cada unidade. Um estudo da empresa de consultoria EUROSYS sobre o sector agrícola feita para a Inspeção Geral de Finanças do Ministério das Finanças de

Moçambique constata que a ausência de transparência não permite calcular o volume de madeira cortada, o volume de madeira exportada e a quantidade de dinheiro obtido com a exportação desse mesmo recurso o que impede a determinação da rentabilidade do sector³. De facto, segundo tal estudo no domínio florestal “os indicadores disponíveis não permitem avaliar se a taxa de exploração é de facto conforme a capacidade de carga do recurso, avaliar a fuga ao sistema de licenciamento em vigor nem o impacto das transgressões florestais, assim como a eficiência e eficácia através de uma análise dos fluxos financeiros ao torno da floresta” (Nenane, 2010).



Ilustração 3 Abudo Alifa Presidente da aldeia 5º Congresso

³ RM/AIM, “Florestas: abate desenfreado de árvores coloca espécies raras sob grande pressão – estudo da “Eurosis” (Também disponível em <http://www.radiomocambique.com/rm/noticias/anmviewer.asp?a=5865&z=126>, acessado aos 11 de Janeiro de 2011).

A EOROSYS, por sua vez, segunda a Rádio Moçambique (RM) e a Agência de Informação de Moçambique (AIM)⁴ conclui que:

“A exploração comercial excessiva de algumas espécies de madeira em Moçambique ultrapassa a quota de corte anual admissível, facto que já está a ameaçar a sustentabilidade, pondo algumas espécies madeireiras em risco de extinção, refere uma auditoria citada pelo matutino “Notícias”.

Conduzida pela empresa “EOROSIS”, a pedido da Inspeção-Geral de Finanças, a auditoria concluiu que algumas espécies tais como o mondzo, messassa, jambire e chanfuta, que constituem 58 por cento do volume global abatido, encontram-se sob muita pressão, facto exacerbado pela exploração de material lenhoso para fins energéticos.

De acordo com a auditoria, aplicando a estimativa conservadora de 2,7 milhões de metros cúbicos de material lenhoso convertido em carvão, o volume extraído é quase seis vezes ao Corte Anual Admissível (CAA). O CAA expressa a capacidade de produção de uma floresta, isto é, o que pode ser extraído sem prejudicar a sua capacidade de reposição e, na situação actual, o corte não permite a reposição pela regeneração e crescimento natural.

O estudo sublinha que se não forem tomadas medidas para travar o corte excessivo de madeira, atingir-se-á uma situação em que o recurso ficará exausto e, como resultado, perda de receitas para o Estado. Segundo um inventário florestal de 2007, o CAA é de 515,7 mil metros cúbicos por ano e aquelas quatro espécies ocupam apenas 25 por cento do “stock” comercial, o que implica que o corte anual se situe em 132,6 mil metros cúbicos de madeira anuais.

A auditoria aponta para vários desvios entre as normas e as práticas na operação dos serviços florestais, destacando que os dados apresentados nos relatórios da Direcção Nacional de Terras e Florestas não são consistentes em relação ao volume de madeira em toros extraído, exportado e transformado.”⁵

A MITI Lda., como empresa do sector florestal, como estudo do caso, não nos permite pôr em causa a conclusão do estudo anterior. Pelo contrário confirma-o. Os troncos abatidos são cada vez mais pequenos. A empresa tem uma política de respeito pelos DAP - Diâmetro a Altura do Peito - oficialmente estabelecidos. Ela também muda constantemente as localizações das suas áreas de corte de forma a observar um período de repouso e de crescimento das espécies. A informação existente na MITI Lda sobre os cortes, sobre as arvores abatidas, sobre as espécies, etc., não permite construir uma imagem real das suas actividades extractivas. A forma como são numerados os troncos abatidos não ajuda de forma nenhuma a compreender a sua actividade de abate. A informação permite nos concluir que a actividade extractiva da MITI Lda., não pode ser monitorada com precisão nem permite que a empresa cumpra com um dos seus objectivos. A situação actual não permite a gestão adequada para garantir a sustentabilidade dos recursos. A situação criada por este modelo de gestão da exploração florestal é complicada ainda mais pela metodologia que é utilizada para se fazerem os levantamentos dos recursos florestais.

Os estudos iniciais para o licenciamento da concessão da MITI Lda., e da MFJ foram feitos por uma empresa de estudos florestais baseada em Pemba, a Transforex. Cinco anos depois um outro consultor ligado a Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal (FAEF) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) estava a fazer um estudo para determinar os recursos florestais existentes nestas concessões e propor um plano de extracção. Estes métodos utilizados pelas empresas preocupam em determinar o volume de madeira útil existente através de um esquema que só considera as árvores que tem um DAP acima do permitido determina o volume de madeira que pode ser cortado.

⁴ Não conseguimos ter acesso ao relatório da EOROSYS se bem que os extractos foram divulgados na imprensa. De acordo com a imprensa o relatório pertence a Direcção das Finanças. Um contacto foi feito com a Inspeção Geral das Finanças. Aguardamos a disponibilização do documento.

⁵ RM/AIM, “Florestas: abate desenfreado de árvores coloca espécies raras sob grande pressão – estudo da “Euros” (Também disponível em <http://www.radiomocambique.com/rm/noticias/anmvviewer.asp?a=5865&z=126>, acessado aos 11 de Janeiro de 2011).

Estas avaliações não se preocupam com o recurso florestal no seu todo. Não há uma avaliação dos processos de regeneração natural. Diagnósticos mais cuidadosos são necessários e sobretudo planos de protecção das espécies em fase de crescimento. Compreendemos que a metodologia escolhida pelos especialistas na sua maioria engenheiros florestais visa dar uma resposta as necessidades das empresas e as suas actividades produtivas. A utilização de outro tipo de métodos de diagnóstico dos recursos existentes poderia ser muito onerosa para as empresas.

A actuação da Direcção Nacional de Florestas e de técnicos deixa muito a desejar pois fazem estudos sob encomenda e destinados a satisfazer a pretensão das empresas em obter licenças. A nossa investigação pelo seu carácter independente e académico pode ajudar a MITI Lda., a traçar planos de utilização dos recursos florestais nas suas concessões de forma a garantir a sustentabilidade dos mesmos.



Ilustração 4 *transporte de madeira (Umbila, Pterocarpus Angolensis) na saída de Nkonga para Mocimboa da Praia.*

Para além da actividade florestal legal e ilegal a regeneração natural permite a reprodução de outros recursos da floresta como estacas, canas, capim, cordas, plantas medicinais, vegetais e fruta. Esta regeneração da floresta permite também a manutenção da fauna. Pode se observar ao longo das estradas no interior da concessão de grandes quantidades de bambus e estacas. Provavelmente uma parte das estacas são árvores jovens e outras são rebrotes de árvores cortadas.

A abertura das machambas pela população é feita no interior da floresta sendo abatidas árvores de várias espécies e tamanhos e queimando-se os restos. Esta actividade – a agricultura – de abertura de novas machambas não segue um conjunto de regras que visam a sustentabilidade da produção – tipo de solos adequados, proximidade da água, etc.

A abertura de machambas e a intensificação do povoamento humano estão directamente relacionadas com a destruição do recurso e com um ataque à regeneração florestal. As áreas nas proximidades de aldeias – de diversos tipos e tamanhos – número de população e áreas agricultadas – são as que estão mais afectadas pelo uso da floresta e pelas queimadas. O uso do fogo para a abertura de machambas pelos camponeses que Karl Weule classificou de “agricultura predatória” no início do século XX no estudo que efectuou no sul da Tanzânia, continua a ser uma prática feita às custas das árvores independentemente do seu valor (Weule, 2000).

As queimadas descontroladas são a actividade que maior risco e problemas criam a regeneração das florestas pois acaba por matar as plantas antes de atingirem diâmetros e alturas não afectadas pelo fogo. Também afectam as plantações feitas pelos projectos e pelas empresas de uso da madeira. As árvores criadas nos viveiros e depois plantadas pelos concessionários acabam por ser queimadas. De um total de 1000 plantas semeadas na aldeia 5º Congresso somente sobreviveram 294 plantas. A regeneração natural e a induzida são afectadas pelo mesmo elemento – o fogo.

2.2 Os extractores – motosserras, machados, catanas e fogo

As duas concessões - a COMADEL e a FMJ - estão a ser exploradas pela MITI Ltda. A empresa possui uma licença que lhe permite a exploração em exclusivo dos recursos florestais existentes nessa área. A COMADEL depois dos cinco anos de exploração a que foi sujeita está neste momento num processo de reavaliação dos recursos para renovação da licença da concessão. Os estudos estão a ser feitos por uma equipa de engenheiros florestais ligados a uma empresa de consultoria. Um dos especialistas é um quadro da UEM. A MITI Ltda., decidiu contratar uma outra empresa para fazer o estudo e não a Traforest que tinha feito o estudo inicial aquando do estabelecimento da concessão.

O proprietário da MITI Ltda., argumenta que não corta no interior das concessões pois utiliza as como área para conservar recursos. Possui várias licenças simples que utilizam para cortar madeira nas zonas tampão das concessões. Esta estratégia permite-lhe defender o recurso no interior das concessões e impedir que outros concessionários entrem nas concessões da MITI Ltda.

O corte pela MITI é usualmente feito com recurso a motosserra. As equipas de corte estão instaladas em aldeias no interior da concessão e dispõem de tractores, mão-de-obra e de pás carregadoras caso necessitem. Os camiões da MITI escoam a produção para Mocimboa da Praia onde os troncos são processados ou vendidos a outras empresas. A madeira para exportação é embalada em contentores e exportada pelo porto de Mocimboa da Praia ou transportada para Pemba para processamento e exportação. As opções de processamento são determinadas pela legislação e pelo preço da madeira no exterior. Segundo o proprietário da MITI os importadores pagam mais cem por cento por metro cúbico da madeira em toros. O processamento da madeira localmente acarreta gastos com máquinas, combustíveis, licenças etc; o que aliado ao preço mais baixo reduz os lucros da empresa.

A empresa extrai a madeira de maior valor e das espécies para as quais há uma demanda no mercado – pau-ferro, umbila e chanfuta. Actualmente corta também a metoria para a

exportação. Noutras concessões explora o pau-preto e o messinge, utilizado como material de construção pelo proprietário em projectos de construção.

Este padrão de extracção dos recursos florestais – tipos e volumes – faz com que nas concessões não existam árvores de grande porte. A maior parte delas foi já abatida. A MITI verificou que as árvores que tinha deixado para portas sementes eram abatidas por outros concessionários que invadiam a concessão ou por furtivos. Este facto faz com que a empresa nestas duas concessões não deixe qualquer porta sementes.

O padrão de extracção da MITI pode ser caracterizado pelo corte de árvores de alto valor económico. Esta opção também significa a exploração de um nicho. O pau-ferro e o pau-preto não são cortados pelos furtivos devido as dificuldades em cortar, transportar e processar. A umbila e a chanfuta são cortadas pelos furtivos porque são espécies relativamente fáceis de cortar e serrar. As tábuas e barrotes têm um mercado local muito grande.

O panorama actual das concessões não pode ser considerado unicamente resultado das operações da MITI. Outras empresas existiram na região antes. A MITI continuou o padrão de exploração de recursos florestais que era característica das empresas anteriores. A MITI não aproveitou e não conseguiu de uma forma clara atingir os objectivos da nova legislação – a lei das concessões florestais que foi criada para evitar e precaver os efeitos das antigas concessões florestais. A nova legislação destinava se a criar empresas com uma área fixa de forma a gerir o recurso, de garantir a sua reprodução, regeneração, de fazer trabalhos na floresta – desbastes, aceiros, etc., de criar condições de emprego para a força de trabalho local e mesmo de instalar unidades de processamento como serrações.



Ilustração 5 A madeira pronta para uma construção tradicional.

Nem todas as opções serão exequíveis quer por motivos logísticos ou de preços como a instalação de serrações mas muitas delas são facilmente praticáveis.

As duas concessões são hoje em dia duas áreas e exploração florestal onde não há porta sementes, onde não estão abertas as picadas para delimitar blocos, não há aceiros e corta fogos, não estão indicadas as áreas mais propícias para a fixação das populações e para a prática da agricultura. Para além de ter todas as autorizações legalmente necessárias para a sua actividade a MITI Ltda., mantém um certo contacto com as estruturas das aldeias. Em muitos casos fornece apoios pontuais em mercadorias e bens ou mesmo em dinheiro.

Os outros operadores que actuam na área da concessão são os transgressores, empresas com áreas nas vizinhanças como a GAK. Em 2009 a MITI Ltda., apreendeu madeira cortada por esta empresa no interior da sua concessão e alguns ilegais de grande porte. Em Janeiro de 2010 uma operação de corte foi desactivada no norte da COMADEL. Tinham duas motosserras e outro equipamento. A Direcção Distrital de Agricultura (DDA) apreendeu alguns tractores e camiões com madeira que estava a ser escoada para a Tanzânia.

Para além destes madeireiros cuja produção alcança um certo volume visível há na região os madeireiros residentes nas aldeias. Estes nalguns casos usam motosserras, mas o seu instrumento de trabalho e o serrão manual. Calcula-se que por cada aldeia existem uma média de 10 serradores e que os mais desenvolvidos entre estes empregam uma força de trabalho que tem em média 15 pessoas. Tomamos estes dados como indicativos porque os presidentes, líderes comunitários e régulos não divulgam a informação. Estes dirigentes locais são acusados de manter o segredo porque estes operadores pagam aos chefes locais um valor para autorizar a sua actuação. Alguns destes operadores quando interceptados exibem cartas e guias de marcha dos presidentes das aldeias autorizando a sua actividade.

Outros produtos extraídos das florestas são os seguintes: estacas, cordas, cascas, sementes e outro tipo de sementes e frutos. Estes são comercializados ou utilizados localmente pelos próprios produtores e ou colectores. Há produtos da floresta que são recolhidos para ser utilizados como medicamentos pelos curandeiros-feiticeiros. Anotemos evidência de comercialização nos mercados nas vilas e cidades ou nas aldeias. Estacas, bambus, cordas constituem um conjunto de produtos muito procurados e extraídos. São comercializados nas aldeias elas próprias, nas vilas e cidades. Foram vistas grandes quantidades destes produtos nas estradas, armazenados a espera de transporte. De acordo com o proprietário da MITI há algumas regiões das concessões em que a extracção das estacas põe em causa a exploração madeireira. Na nossa opinião a fonte destas estacas tem que ser melhor estudada. Podem ter duas origens: árvores novas que estão a atingir um estágio de crescimento estabilizado ou recrutes de antigas árvores cortadas.

As actividades extractivas do tipo descrito no parágrafo anterior são praticadas pelos camponeses eles próprios provavelmente com mão-de-obra assalariada. Trata-se de actividades que tem que melhor ser estudadas.

Os produtos extraídos são escoados para fora das concessões e locais de corte e abate maioritariamente utilizando os carros da MITI. Os motoristas levam carga extra pela qual cobram uma taxa que vai para os seus bolsos. A empresa intervém só quando os volumes transportados e as prioridades de transporte prejudicam as prioridades da empresa. Há também uma grande preocupação com a segurança das pessoas que são transportadas em cima da madeira.

Os produtos utilizados pelo praticante da medicina tradicional e os recursos utilizados para a alimentação são pouco conhecidos nesta região. Não encontramos nenhum estudo detalhado. Estas florestas de miombo sustentam uma fauna e avi-fauna variada. A caça é uma actividade praticada pelos camponeses. Nas proximidades da concessão está instalada uma empresa de safaris a Mozambican Hunters. Uma visita ao seu acampamento em Nandimba não resultou muito proveitosa. O responsável não estava.

A população queixa se com frequência de ter um conflito permanente com os elefantes.⁶ Verificamos que na maior parte das aldeias há uma pressão para abater elefantes entre Outubro e Dezembro altura de trabalho mais intenso nas machambas. Pensamos que a carne dos elefantes é um bem importante para pagar mão-de-obra assalariada nos períodos de picos de necessidade de mão-de-obra. Estes temas têm que ser investigados com maior detalhe.

Estes tipos de utilizadores dos recursos florestais constituem uma pirâmide tendo no topo o madeireiro-concessionário que explora as espécies de maior valor económico que não podem ser cortadas por outros agentes por falta de equipamento adequado e possibilidade de transporte e acesso ao mercado. O volume de madeira cortada por estes empresários é superior ao cortado por qualquer outro utilizador. Na segunda posição estão instalados os furtivos e outros concessionários vizinhos. Os furtivos e os proprietários e os seus vizinhos e concorrentes entram em competição e conflito quando se trata de espécies que permitem a obtenção de barrotes e tábuas usando-se a serra manual. Na base desta pirâmide encontram-se os camponeses que retiram lenha, estacas, cordas, capim e bambu, medicamentos, comida, etc. Estes também abatem árvores jovens quando abrem as machambas. Os caçadores na sua actividade retiram da floresta ratos, macacos, antílopes diversos. Os elefantes são normalmente abatidos com recurso a armas de fogo obtidas da administração ou com armadilhas proibidas por lei. As empresas de safari que actuam na zona não têm uma presença permanente. Os concessionários madeireiros não utilizam a fauna comercialmente limitando a abater um ou outro animal para seu consumo.

Esta hierarquização de acesso ao recurso florestal acaba por ser derrubada pelo fogo. As queimadas descontroladas, mas originadas pela actuação da população acabam por afectar todos os membros desta pirâmide de utilização pois destrói a regeneração dos recursos florestais. O fogo é utilizado para preparar as machambas queimando-se as árvores abatidas, para afugentar animais, para caçar e para tornar possível a entrada na floresta quando está densa com os caminhos impedidos por lianas, bambus, etc.

Os extractores podem ser também hierarquizados pelo equipamento que utilizam para o corte das árvores. Normalmente a empresa concessionária usa a motosserra. Esta é também utilizada pelos furtivos de maior porte. A serra ou serrão manual é utilizado pelos madeireiros das aldeias. As empresas usam nas em alguns momentos. Os detentores de licenças simples recorrem a estes equipamentos para reduzir o custo de produção e aumentar os seus lucros. O machado e a catana são usados por todos mas especialmente pelos produtores de estacas, de cordas, de bambus.

⁶ Apesar de haver um esforço de treinamento na gestão de conflitos homem animal iniciado em 2006 em Cabo Delgado parece não se fazer sentir nas zonas estudadas (Moçambique para todos, "Cabo Delgado - Treinados primeiros gestores do conflito Homem/animal" (Disponível em http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2006/12/cabo_delgado_tr.html, acessado aos 11 de Janeiro de 2011)

A necessidade de cortar grande quantidade de madeira no espaço de tempo limitado, isto é, o mais rápido possível faz com que a motosserra e outros meios mecânicos sejam utilizados nos cortes. Esta pressa surge da necessidade de exportação, da presença de navios nos portos ou para escapar ao controle das autoridades. Muitos empresários utilizam a motosserra e equipamentos mecanizados para cortar e retirar a madeira do mato em pouco tempo.



Ilustração 6 Um tronco de “Umbila” (*Pterocarpus anoglensis*) pronto para serrar a mão.
(S 11°13,195', E 40°00,109', A 150m)

Muito provavelmente a utilização de serrões manuais por todos seria benéfica para as empresas pois cortaria custos e permitiria criar mais postos de trabalho. A razão que parece justificar o corte utilizando a motosserra é necessidade de rapidez dos empresários que precisam de volumes grandes de madeira para encher os contentores e carregar nos barcos.

É importante notar que o uso de meios mecânicos – desde a motosserra até aos camiões – nas concessões constitui um exemplo de utilização pouco criteriosa, descuidada e sem precaução de equipamento caro. Motosserras que deveriam durar dois ou três anos no mínimo acabam por ser destruídas em menos de um ano. A justificação apresentada pelos proprietários é que a madeira a ser cortada é dura. Provavelmente tenham razão. Mas a falta de manutenção, a limpeza das motosserras cheias de areia, os óleos e combustíveis mal armazenados e limpos, ajuda a reduzir a vida destes recursos, aumenta os custos e reduz os lucros.

As duas concessões estudadas parecem ser o contrário do que seria desejável de acordo com a Lei de Florestas e de Fauna Bravia. A MITI Lda., é uma empresa madeireira. Ela consegue cortar, processar e exportar madeira. Pelo facto de estar em funcionamento significa que ela produz lucros. Mas se olharmos para a MITI Lda., como concessionária – e tomando em consideração que não é a primeira empresa a operar nestas áreas e que antes dela muitos estragos foram causados – ela não desenvolve a sua actividade como proprietária de uma concessão. As florestas não estão a ser geridas. Não existem no interior das concessões zonagens feitas. Mesmo que as duas concessões tenham herdado picadas feitas por uma empresa

de prospecção de petróleo estas não são mantidas. Não existem blocos demarcados. Estes não são utilizados para fazer uma zonagem da floresta e para estabelecer um plano de protecção contra o fogo, de trabalhos culturais para gerir e facilitar a regeneração natural, etc. A empresa demonstra uma grande compreensão dos problemas culturais e de desenvolvimento das aldeias prestando apoio a população e as estruturas em festas, funerais, etc.

Todavia a zonagem da concessão, a demarcação de áreas para cultivo, o apoio a melhoria da produção, etc. nem sequer é pensado. Os planos de manejo deveriam prever estas actividades. A continuidade das licenças de concessão deveria avaliar a gestão dos recursos naturais. O plano de manejo é um documento que foi produzido por que é obrigatório. Muitas das actividades listadas no plano nunca foram realizadas.

2.3 As instituições: como controlar o descalabro?

As instituições que regulam o uso e a exploração da floresta e da fauna bravia estão ligadas ao Ministério da Agricultura especialmente a Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia. Os vários processos e passos que permitem a emissão de licenças e títulos são controlados pela DNFFB e suas ramificações ao nível da província e do distrito. A DNFFB possui também um conjunto de fiscais que estão instalados nos vários níveis e escalões desde a capital do país, as províncias e distritos.

Os esforços da DNFFB exercem-se no controlo das dimensões e espécies abatidas, características quando são exportadas e se os vários processos burocráticos foram respeitados e as taxas respectivas pagas. Qualquer que seja o esforço a imprensa moçambicana reporta regularmente a violação das normas com a exportação em toros de madeira de primeira, abate de árvores com dimensões não autorizadas, cobranças de taxas ilegais, etc.

O trabalho da DNFFB integra-se numa rede mais vasta que envolve vários órgãos do governo e instituições – desde as administrações distritais, os régulos, as alfândegas, outros ministérios. Ao nível da aldeia algumas instituições jogam um papel fundamental pelo menos no controlo da atribuição das licenças de corte – os régulos, os presidentes das aldeias e as autoridades comunitárias. Regra geral estes processos ao nível da aldeia são controlados pelos detentores do poder político e administrativo que tentam obter benefícios económicos pessoais e algumas gorjetas – e também reivindicar benefícios para a comunidade. Há sempre ofertas e presentes dos que procuram a assinatura e a aprovação das autoridades locais nos processos de licenciamento.



Ilustração 7 Esta árvore (“Mpama”) serviu para construir a capoeira. (S 11°13,442', E40°00,249', A 109m)

As DPAs são órgãos complexos e com um grande número de sectores e actividades. Um sector como o que trata das florestas e da fauna bravia tem no seu interior órgãos especificamente vocacionados para tratar das empresas e das comunidades. Esta dicotomia poderia ser útil caso tratasse os dois sectores com critérios iguais. Os responsáveis pelos sectores comunitários das florestas queixam-se da falta de meios para poderem exercer as suas actividades de monitoria e educação.

Os funcionários dos órgãos do estado que se envolvem nestes processos por dever de ofício também melhoram os seus rendimentos pois obtêm presentes, ofertas e presentes dos concessionários ou dos que querem licenças várias.

A actividade destes órgãos do estado não é constante nem coerente. Numa das aldeias, Nkonga, verificamos que a Direcção de Agricultura emprestou ou alugou uma arma de grande calibre para o afugentar um elefante. A preocupação maior dos funcionários dos distritos segundo os camponeses, era receber a tromba, o rabo e o seu quinhão da carne. Nangade dispunha de outros meios para afugentar o elefante. Os habitantes da aldeia 5 Congresso abateram um elefante bebe. Um mensageiro foi enviado a Nkonga para vender a pouca carne que obtiveram de um animal tão pequeno

O legislador criou um órgão específico ao nível da aldeia para assegurar a utilização criteriosa da floresta – Os conselhos de recursos naturais. Estes órgãos eleitos pelos camponeses e formados pelas autoridades da agricultura deveriam garantir uma participação dos camponeses na gestão da floresta, na manutenção e reprodução, regeneração dos recursos florestais e faunísticos, fazer ouvir a comunidade e permitir negociações e dialogo com os operadores. O CRN também deveria servir de instrumento para a distribuição e uso dos 20 por cento.

A criação destes órgãos nas concessões COMADEL e FMJ foi realizada pela DNFFBT com envolvimento de quadros vindos de Maputo e Pemba com o envolvimento da concessionária. O processo executado em 2005 foi bastante exaustivo tendo os técnicos se preocupado em explicar as funções do comité, o seu objecto de trabalho e objectivos. Falou-se em algum tipo de apoio de monitoria, consolidação e treino. Depois de formados os comités foram abandonados sem terem recebido qualquer tipo de apoio regular. O processo de formação não atendeu a alguns questões fundamentais como o registo dos membros, se tinham ou não bilhete de identidade, se tinham ou podiam abrir contas bancárias, etc.... Quando em 2007-08 o estado decide entregar os 20 por cento das receitas cobradas nas concessões aos residentes decide fazê-lo através dos comités dos RN. No caso da COMADEL e da FMJ o processo seguido no

acto da criação terminou com a criação de um Conselho de Recursos Naturais de toda a concessão e de comités de recursos naturais de cada aldeia. Cada comité de RN de aldeia tinha 12 membros e o conselho da concessão teria 10 membros eleitos de entre os membros dos comités de aldeia.

Quando os 20 por cento ficaram disponibilizados o Comité de Recursos Naturais baseado em Luneke não tinha conta bancária. Às pressas a conta bancária foi aberta tendo como assinantes dos cheques 3 elementos de aldeias distintas. Não encontramos em nenhum documento o processo seguido claramente descrito nem o nome dos membros nem a composição de cada comité por aldeia. Uma ideia mais clara foi formada com a discussão tida com um funcionário do Sector de Florestas Comunitárias da DPA em Pemba que participou na criação. O que nos verificamos no terreno e que o que existe hoje como CRN ao nível das aldeias em que trabalhamos – Nkonga, 5 Congresso, Namiune, Mwangaza- nada tem a ver com a intenção e com a estrutura inicial. Os presidentes e chefes de aldeia que não faziam parte dos CRN estão presentes e ditam as suas opiniões e normas. São eles finalmente que mandam alegando que todas as estruturas fazem o mesmo. Portanto não precisamos de grupos diferentes. Quem tem que tratar destas coisas dos 20 por cento é o governo da aldeia, nos chefes.

Para além dos problemas de composição das CRN, das suas competências e mesmo legalização os CRN não têm sido apoiados, não têm recebido qualquer tipo de formação, de monitoria etc. Segundo o funcionário da DPA não há meios de deslocação pois não há fundos. Justificação normal – o projecto que dava esses meios já acabou. Estranho quando há um grande numero de apoios e projectos de ONGS, de empresas de consultoria e de outro tipo cuja função e zelar pelo uso correcto dos recursos naturais de uma forma sustentável.



Ilustração 8 Machamba de arroz na lagoa. (S 11°13,442', E40°00,249', A 109m)

As causas para o mau funcionamento dos comités avançadas ou diagnosticadas pelos nossos e vários informantes incluem o facto e não haver envolvimento dos distritos, a fraqueza da estrutura da agricultura nos distritos, a crise económica, o fim dos projectos, etc. Nenhuma

destas causas serve para explicar o facto. Não foi dado apoio aos CRN porque as diversas estruturas do estado e sobretudo da DPA não se mobilizaram nem deram prioridade ao assunto. O debate sobre as CRN foi reduzido ao facto de estas serem o meio para distribuir os 20 por cento. Quer as aldeias quer as autoridades passaram a considerar que o problema central do uso sustentável das florestas e das concessões era o pagamento dos 20 por cento. A DPA e normalmente é chamada a prestar contas e a informar sobre os 20 por cento mas nunca lhes perguntam como estão os recursos, os problemas que há.

Uma estrutura de base criada para permitir a gestão participativa e a utilização sustentável dos recursos naturais acaba por se transformar num meio de distribuir fundos. A maneira como os fundos são aplicados, a ausência de planos, falta de benefício para a comunidade e para as pessoas, famílias e indivíduos vê se no que é construído nas aldeias. Os fundos são usados para construir escolas, mesquitas e sedes do partido, etc. Num ou noutro caso o dinheiro e usado para melhora poços e abastecimentos de água. Parece um pouco fora do âmbito de uma iniciativa comunitária ou do nível local pois já existem fundos do Orçamento Geral do Estado (OGE) e planos nacionais para cada um desses sectores.

Devido as contradições existentes nas aldeias, ao mau funcionamento das estruturas, falta de democracia na condução dos negócios públicos, o dinheiro dos 20 por cento acabou por aumentar ainda mais as contradições. O debate já não e sobre como gerir os recursos naturais, aumentar a produção e produção dos ecossistemas, garantir a existência do recurso por mais tempo mas sim como obter os 20 por cento, obter dinheiro de qualquer transacção que ocorra com as madeiras.

Em 2009 a nossa equipa de investigação organizou um seminário baseado na metodologia ALS em Nkonga com participantes de Namiune e Nkonga. Os membros do CRN do 5 Congresso vieram voluntariamente sem terem sido convidados. Durante o seminário os representantes de cada aldeia discutiram entre si e elaboraram um plano de actividades para o seu CRN. Em 2010 visitamos esses CRN em cada aldeia e verificámos que nas três aldeias não tinha havido reunião das CRN, que das 7 tarefas listadas, por eles próprios tinham sido executadas parcialmente duas. Estas duas tarefas que foram executadas não tinham directamente a fazer com os Recursos Naturais – abertura de furos de água na aldeia e contactos com o proprietário da MITI para pedir ajuda da empresa para realizar tarefas na aldeia – tectos para a escola, carteiras, etc.

Os CRN que se nos apresentaram eram uma amálgama de varias outras estruturas – Conselho Executivo, Comité de partido, Regulado, etc.... Em cada grupo havia uma mulher para representar o equilíbrio de género. Mas normalmente era só uma mulher num grupo de 7 homens.

Para além dos problemas detectados com o desvio de fundos, falta de transparência, falta de funcionamento das estruturas, culpabilização dos outros, conflitos étnicos e religiosos, problemas a volta da terra, utilização abusiva da natureza e dos recursos esta a surgir em cada povoado ou aldeia um movimento que faz com que os aldeões organizados pelos seus chefes prendem tractores e motosserras dos concessionários alegando que não receberam 20 por cento e que não negociaram com eles. Os concessionários e madeireiros alegam que não é sua tarefa pagar os 20 por cento. Estes valores são atribuídos pelas administrações e pelo governo.



Ilustração 9 A Aldeia nova de Mtwara.(s 11° 08,111', E 39° 52,663', A 176m)

Este novo sistema que está a surgir faz com que estes meios pedidos pelas aldeias sejam uma forma de solicitação de corrupção. Fornecendo os meios que lhes são pedidos os madeireiros ficam livres para cortar o que lhes aprouver pois já pagaram a aldeia.

Uma definição lata de institucionalização pode ter dois sentidos: uma organização e um conjunto de regras. A instituição como um conjunto de regras, de valores, de normas acaba por não existir porque as regras de jogo mudam a cada momento. Os membros das instituições decidem fazer o que lhes interessa com os fundos públicos e com as actividades que tem que realizar. Os três CRN tinham nas suas tarefas fazer reuniões para discutir queimadas com a população e criar um conjunto de zonas e de escolher pessoas responsáveis para controlar o fogo. Não o fizeram e explicaram que ninguém ia parar de fazer queimadas porque isso é para fazer fugir os animais. Sim tinham pessoas que podiam fiscalizar as zonas para evitar o fogo mas isso só o faria se lhes fosse pago um salário – aos fiscais e se houvesse dinheiro para os dirigentes. Decidiram alterar a composição do CRN porque todos os responsáveis faziam tudo e por isso não era preciso ter uma estrutura vocacionada para a gestão dos recursos naturais. Como organização, como uma estrutura em que há órgãos específicos com tarefas indicadas o CRN também não funciona pois os presidentes ou régulos das aldeias decidiram que eles são os presidentes e chefes dos CRN. Tarefas que são da responsabilidade do governo ao nível central – autorizar concessões ou provincial-licenças- estão a ser executadas pelos conselhos executivos das aldeias.

A inoperância das instituições é justificada pelos seus responsáveis como lhes convém. Um administrador de distrito acha que as coisas não funcionam porque em Moçambique as leis não são aplicadas mas sim modificadas de acordo com o interesse político. Uma directora distrital de agricultura que sabe claramente que a maior parte das plantas – cerca de 50 mil – que vai plantar vão morrer porque os camponeses não vão cuidar delas, porque as queimadas

vão passar por essas áreas, - diz que terá que cumprir a tarefa porque é uma determinação do presidente da república.

Em cada aldeia foi demarcada uma floresta comunitária de 15 hectares por uma brigada da DP do Meio Ambiente. Não houve nenhuma discussão com os aldeões e com o CRN sobre estas florestas, sua função e objectivos. Muitas destas florestas comunitárias foram demarcadas em aldeias que estão no interior de concessões florestais sem que tenha havido uma discussão com os concessionários.

Para além de uma crise na regeneração natural da floresta devido a práticas extractivas muito intensas e sem regras e sobretudo com práticas nocivas como as queimadas verifica-se uma crise nas aldeias e assentamentos humanos nas zonas rurais e entre as estruturas político administrativo a vários níveis.⁷



Ilustração 10 Alçapão novo e antigo, covas de 3 m de profundidade (dois elefante foram apanhados e abatidos). (S 11°02,577', E39°52,937', A 179m)

Algumas aldeias como a de Namiune estão divididas ao meio – zona cristã e zona islâmica. A zona cristã esta marcada com uma enorme cruz. Esta situação, mesmo que não esteja tão claramente delimitada, se verifica na maior parte das aldeias. Nos locais onde há populações de religiões diferentes equiparáveis em número há uma divisão física da aldeia. Nesta mesma aldeia o presidente da aldeia decidiu oferecer o mesmo número de chapas de zinco a mesquita e a igreja.

Este descalabro no funcionamento das estruturas só poderá ser evitado caso se respeite o funcionamento das instituições, se sigam e apliquem as leis do estado e que organizações como o Ministério da Agricultura (MINAG) cumpra o seu mandato aos diversos níveis. As funções dos diferentes órgãos da DNFFB não podem estar dependentes da existência ou não de um projecto. Os funcionários da DNFFB podem se organizar utilizando os Meis de que

⁷ Em 2009 na província de Cabo Delgado, Norte de Moçambique, afectaram 18.387 hectares.

De acordo com o relatório de balanço do Plano Económico e Social (PES) 2009 naquela província, este fenómeno foi mais severo nos distritos de Montepuez, Chiúre, Macomia, Mueda e Nangade. Em Nangade foram perdidos mil cajueiros (ClubofMozambique, “Queimadas descontroladas em Cabo Delgado continuam a resultar em grandes prejuízos” (Disponível em <http://www.clubofmozambique.com/pt/sectionnews.php?secao=economia&id=16152&tipo=one>, acessado aos 14 de Dezembro de 2010)

dispõem para fornecer os serviços que devem as estruturas das aldeias especialmente aos comités de recursos naturais.



Ilustração 11 Plantação de Cajueiros (S 11°02,577', E39°52,937', A 179m)

Torna se fundamental que as organizações de base recebam apoio regular em termos de organização e que as instituições do estado responsáveis por isso fiscalizem, monitorem e forneçam formação aos seus membros. A ideia de que como estas organizações existem há mais de 5 anos e que os seus membros devem ser mudados não garante que os CRN novos vão funcionar melhor. A eleição de novos membros sem um trabalho de capacitação, de fiscalização. De discussão dos erros e de prestação de contas e exigência de responsabilidades vai servir para reproduzir as contradições.

Os instrumentos que a legislação garante ao estado devem ser usados de uma forma consciente, criteriosa e conseqüente para criar e por a funcionar estruturas que garantam o desenvolvimento sustentável e formas de crescimento económico que promovam uma certa equidade e a participação nas decisões de todos os membros das comunidades e dos diversos grupos de interesse. A não existência de diálogo e de compromissos entre todos os participantes criara situações violentas. As queimadas descontroladas são uma forma de demonstrar a discordância e o desagrado dos camponeses sobre o funcionamento das estruturas do estado e uma forma de pressionar os concessionários a fazer concessões pagando sobretudo aos membros mais influentes dos grupos e comunidades.

3 As soluções

Um projecto de investigação como o nosso baseado nos princípios de ALS e com uma certa orientação de pesquisa e acção só pode propor soluções que derivem de uma reflexão conjunta com os diversos intervenientes. As nossas propostas por si só são também actividades de aprendizagem colectiva.

Nesse sentido não consideramos que devam ser tomadas medidas tipo campanha ou empreitada. Isto é actividades e acções como mudar todos os elementos dos CRN ou mudar todas as direcções que estão no activo há mais de cinco anos.

Este trabalho de mudança de dirigentes tem que ser uma actividade pedagógica. As pessoas a substituir devem ser identificadas por elas próprias e pelos seus pares no decorrer de um exercício de planificação e de implementação de mudanças.

As propostas cobrem a concessão ela própria, os CRN e os 20 por cento.



Ilustração 12 *A água consumida em Namiune constitui um risco de saúde. (S 11°02,383', E 39°51,920', A 173 m)*

3.1 A concessão

A Lei das Concessões florestais deve ser aplicada na íntegra na FMJ e na Comadel, mesmo considerando que estas concessões foram exploradas antes do actual proprietário as assumir.

O plano de manejo anterior deve ser examinado e um balanço criterioso das actividades previstas, realizadas e não realizadas deve ser efectuado. As concessões devem ser zonadas indicando-se os blocos onde pode ser feita a agricultura, aqueles onde não pode ser feita, seleccionando-se os locais onde se pode cortar e os locais onde não se podem provocar queimadas.



Ilustração 13 A Floresta Comunitária de Namiune com uma área de 15 ha.

Deve ser incluído no plano de manejo um plano de criação de uma rede de acampamentos de fiscais, as suas tarefas e mecanismos para o pagamento de remunerações com um sistema de prémios baseados no volume de áreas não queimadas.

Um estudo histórico sobre a COMADEL deve ser realizado com a colaboração da DNFFB que devera garantir o acesso as fontes de forma a listar todas as empresas que actuaram na zona, as quantidades de madeira cortadas e os efeitos dessa exploração sobre as pessoas e os ecossistemas.

A concessão tem que desenvolver infra-estruturas e criar um quadro de pessoal cuja tarefa principal é a gestão da floresta como um recurso natural. Estas actividades devem ser claramente separadas das actividades de produção e de comercialização.

As aldeias e assentamentos humanos nas duas concessões devem ser arrolados, indicando o ano de fundação, o número de pessoas residentes ao longo do ano, o número de pessoas desde que a aldeia surgiu.

O concessionário e os CRN deverão efectuar anualmente uma reunião de balanço da campanha registando o número de árvores abatidas pela concessionária, árvores abatidas pelos camponeses, pelos furtivos e outros madeireiros.

As duas concessões e os seus recursos estão a ser utilizados numa estratégia de mineração de recursos naturais. Trata-se a floresta como se de uma mina de carvão ou um poço de petróleo. Retira-se o que se pode e quando acabar acabou. Esforços devem ser feitos para que as duas concessões sejam geridas com base num plano baseado em paradigmas de desenvolvimento sustentável.

As duas concessões e a empresa devem ser obrigadas a obter a certificação de produção de madeira verde.



Ilustração 14 Nkongga: Escola construída pelos residentes na base dos 20% e com ajuda da MITI Lda.

3.2 Os Comitês dos Recursos Naturais (CRNs)

A actividade iniciada com a elaboração dos planos anuais deve ser continuada.

Actividades de apoio e seguimento devem ser efectuadas pelo menos 4 vezes por ano visitando-se cada comité.

Uma estrutura de apoio aos diversos comités deve ser constituída seleccionando-se os elementos mais capazes para prestar assistência as diversas aldeias. Cada comité deve ser legalizado sendo condição sine qua non para que possa receber quaisquer apoios que os seus membros tenham documentação – bilhete de identidade, registos etc. – Em ordem

Os planos de actividades dos CRN devem ser avaliados regularmente sendo estes a base para se atribuir os 20 por cento ou não. As actividades mais importantes dos planos são as que dizem respeito a listagem de caçadores, serradores, registo de pessoas que cortam madeira, controlo do número de árvores e espécies abatidas.

3.3 Os 20 por cento

Os DO por cento só podem ser atribuídos as aldeias que estejam organizadas, em que as estruturas funcionem e em que as suas comissões de gestão funcionem.

Os planos de utilização dos 20 por cento devem ser apresentados as autoridades distritais e ao concessionário antes que as comunidades recebam o dinheiro. Estes planos de uso do dinheiro terão que ser aprovados em reunião geral de toda a aldeia.

Não devem fazer parte dos planos o uso do dinheiro para construir infra-estruturas, igrejas, sedes do partido, escolas e hospitais cujo financiamento e construção é de responsabilidade do estado. Os 20 por cento não podem ser usados como fundo para fazer empréstimos comerciais a terceiros.

Estes fundos devem em primeiro lugar melhorar a vida dos camponeses das aldeias. Projectos que visam atribuir bolsas de estudo, comprar bicicletas ou chapas de zinco para residências pessoais devem ser considerados.



Ilustração 15 Discussão sobre os planos do Comité dos Recursos Naturais de Nkonga.

4 Concluindo

A lei das concessões florestais tinha como objectivo a criação de condições para se desenvolver um sector madeireiro em Moçambique que assegurasse a sustentabilidade dos recursos florestais e que se instalasse de uma forma harmoniosa nas regiões e nas comunidades criando emprego, desenvolvimento e uma certa harmonia entre o meio ambiente e os seus utilizadores.

Este paradigma surge não só do desenvolvimento das ideias ao nível do mundo sobre o uso dos recursos naturais, sobre meio ambiente e sobre desenvolvimento. Tratava-se de uma crítica e uma forma de ultrapassar as práticas que olhavam a natureza e os recursos florestais e outros como um recurso que poderia ser transformado em matéria-prima. As empresas de madeiras só se preocuparam em cortar o maior volume ao preço mais baixo vendendo as melhores cotações do mercado - uma visão predatória dos recursos.

Naturalmente que a lei das concessões visava criar unidades economicamente rentáveis, tecnicamente capazes e socialmente adaptadas. Mas devido a vários factores as concessões e as empresas madeireiras tentam transformar o recurso em mercadoria e troca-lo o mais rapidamente possível por dinheiro. Numa situação em que há mais intervenientes tentando beneficiar-se dos mesmos recursos há certos conflitos entre os actores. Os donos das concessões acabam por ter problemas com os clandestinos, com os camponeses e com outros concessionários. Os concessionários alegam que não podem desempenhar tarefas do Estado nem envolverem se em actividades de controlo e disciplina das populações.



Ilustração 16 *O que restou de um pequeno elefante que estava preso no matope e depois foi apanhado pelos jovens de Nkonga.*

O Estado fraco e com funcionários que tentam a todo o momento obter benefícios materiais extras e com salários baixos faz com que as estratégias de satisfação das necessidades de cada actor entrem em conflito com os princípios de uso sustentável dos recursos naturais e do desenvolvimento sustentável. A paralisação e o ataque contra a regeneração natural das florestas e de qualquer outro recurso mostram que se atingiu um patamar de crise. A única saída é efectivamente aumentar a consciencialização das pessoas e dos diversos actores e adoptar procedimentos éticos, científica e tecnicamente correctos que visam o máximo de transparência para que estes recursos possam beneficiar as pessoas e o país e os proprietários dos investimentos.



Ilustração 17 Nascente do Rio na floresta Mangarare. (S 11°14,738', E 39°57,073', A 130m)

As leis, políticas e estratégias actualmente existentes em Moçambique criam condições para que se possam utilizar os recursos naturais e as florestas de uma forma sustentável. As contradições existentes, os diferentes pontos de vista, os problemas que surgem no quotidiano, as estratégias que cada actor utiliza para lidar com os desafios do quotidiano e que muitas vezes chocam com os princípios gerais acordados obrigam-nos a encontrar um espaço de diálogo onde os diferentes pontos de vista possam ser expostos. Estes debates serão mais relevantes quanto mais perto das zonas de actuação das concessões forem realizados.

Em Novembro de 2010 algum resultado preliminar deste estudo fora discutido com representantes de alguns distritos do norte de Cabo Delgado, Muidumbe, Palma, Nangade e Mocimboa da Praia (ver anexo).

Todavia, torna se necessário alegar o debate a mais participantes desde camponeses, directores distritais e provinciais dos órgãos do Ministério da Agricultura (MINAG). Há também um debate técnico a realizar sobre as metodologias de avaliação dos recursos florestais. Os actualmente usados deixam grandes margens de erro.



Ilustração 18 *Almoço de Domingo no quintal da Casa de Faruk Jamal depois da discussão dos resultados imediatos da pesquisa em Novembro 2010.*

Referência bibliográfica

Anónimo, REDD in Mozambique An Independent Monitoring Report by Justica Ambiental, <http://www.globalforestcoalition.org/img/userpics/File/REDD/REDD-in-Mozambique.pdf>.

Anónimo, Inventário Nacional de Florestas. Reflexão Sobre A Problemática do Sector Florestal em Moçambique Global Forest Resources Assessment 2005;

“A comunidade de Luneque, no posto administrativo-sede de Nangade, recebe taxa de exploração madeireira” In Notícias, Maputo, Quinta-Feira, 5 de Outubro de 2006 (Também disponível em <http://foreverpemba.blogspot.com/2006/10/comunidade-de-luneque-no-posto.html>, acessado aos 11 de Janeiro de 2011).

Adam, Yussuf et al. “A Regeneração Natural das Florestas em Cabo Delgado: a utilização do método de Aprendizagem para Sustentabilidade em Nangade, Cabo Delgado”, Maputo, 2009. (não publicado).

Adam, Yussuf, “Usos múltiplos da floresta em Cabo Delgado: as concessões da MITI”, Maputo, Agosto 2008. (não publicado).

Aliasse, Luís, Identificação de outputs de vertebrados e árvores endémicos em Moçambique”, Maputo: UEM, 2004 (Trabalho de licenciatura).

Arone, Esmeralda Aurora Namburete ,Análise espacial das queimadas florestais em Moçambique Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal, 2002, URI: <http://hdl.handle.net/123456789/300> , Aparece nas Colecções: [UEM CIE BIO] – Monografias (Licenciatura)

Bila, Adolfo, “Estratégia para a Fiscalização Participativa de Florestas e Fauna Bravia em Moçambique”, Maputo: FAO, 2005.

Cabral, Diogo de Carvalho & Cesco, Susana, “Notas para uma história da exploração madeireira na Mata Atlântica do sul-sudeste” In Ambiente & Sociedade, Campinas v. XI, n. 1, p. 33-48, jan.-jun 2008.

ClubofMozambique, “Queimadas descontroladas em Cabo Delgado continuam a resultar em grandes prejuízos” (Disponível em <http://www.clubofmozambique.com/pt/sectionnews.php?secao=economia&id=16152&tipo=one>, acessado aos 14 de Dezembro de 2010)

Cuco, A. “Impact of structural adjustments on forest industry in Mozambique” In FAO/Forestry Department, Forestry in countries with economies in transition, FAO/Forestry Department, 1994. (Também disponível em <http://www.fao.org/docrep/t4620e/t4620e0a.htm>, acessado aos 14 de Dezembro de 2010).

“Fraquezas geram exploração insustentável – director nacional adjunto de Terras e Florestas, à margem do congresso mundial sobre a matéria na Argentina” In Notícias, Maputo Terça-Feira, 20 de Outubro de 2009 (Também disponível em (Disponível em http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2006/12/cabo_delgado_tr.html, acessado aos 11 de Janeiro de 2011)

Hughes, David McDermonntt, “Mapping the Hinterland: Land Rights, Timber and Territorial Politics in Mozambique”, University of California: Institute on Global Conflict and Cooperation, 1999.

Matuele, Desirée Elisa da Conceição, “Análise do processo de gestão dos recursos naturais usado na floresta de Inhamacari e os benefícios para as comunidades locais” Maputo: UEM, 2008 (trabalho de licenciatura).

Moçambique para Todos, “Cabo Delgado – Treinados primeiros gestores do conflito Homem/animal” (Disponível em http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2006/12/cabo_delgado_tr.html, acessado aos 11 de Janeiro de 2011)

Mackenzie, Catheriny. “Um Take-Away Chines”. Relatório Para Fongza Moçambique. 2006

Nenena, Armando, “Revolução verde fracassou” In Savana, 15 de Dezembro de 2010. (Também disponível em <http://www.savana.co.mz/editorial/tema-da-semana/2808-revolucao-verde-fracassou>, acessado aos 11 de Janeiro de 2010).

Oslo, F. V. & Anstey, S. “Elephant/human conflict and community development around the Niassa Reserve, Mozambique”. WWF-SARPO. Harare:2002,

Peterson Jr., John H. Notton up Development in Decentralised Common Property Regimes: The Experiences of Two Districts in Southern Zimbabwe” Paper presented at the International Association for the Study of Common Property, Common Property Conference, Winnipeg, Canada, September 26 – 29, 1991.

Proforest Lda, “Use of the HCV framework in Mozambique A summary of workshop outputs” Oxford: Proforest Ltd, 2008.

Ribeiro, Natasha, et al. “The effects of fire and elephants on species composition and structure of the Niassa Reserve, northern Mozambique” In Forest Ecology and Management, 2008, vol. 255, no5-6, pp. 1626-1636.

Vera, Ribeiro, Um panorama sobre os problemas enfrentados pelas florestas de Moçambique, os povos que delas dependem e os trabalhadores florestais, 2008

e- mail: veruribeiro@gmail.com. A versão na íntegra desse artigo está disponível em: http://www.wrm.org.uy/countries/Africaspeaks/Overview_problems_Mozambique_forests

“Saque de Madeira prossegue em Cabo Delgado” In Savana, 29 de Agosto de 2010 (também disponível em <http://www.savana.co.mz/opiniao/colunistas/savana-no-informal/2734-saque-de-madeira-prossegue-em-cabo-delgado>, acessado aos 14 de Dezembro de 2010).

Salomão, Alda & Matose, Frank, “Towards community-based forest management of miombo woodlands in Mozambique” Maio 2007 (Disponível em <http://www.miombo.org.uk/CBNRMMozambiqueCIFOR.pdf>, acessado aos 11 de Janeiro de 2010).

Serra Júnior, Carlos et al . Sustentabilidade florestal e mudanças climáticas em Moçambique. Associação Tropical Agrária. Maputo. CIP. 2010

RM/AIM, “Florestas: abate desenfreado de árvores coloca espécies raras sob grande pressão – estudo da “Eurosis” (Também disponível em <http://www.radiomocambique.com/rm/noticias/anmviewer.asp?a=5865&z=126>, acessado aos 11 de Janeiro de 2011).

RM/MA, National Census of Wildlife in Mozambique. Final Report December 2008

Weule, Karl, “Resultados Científicos da Minha Viagem de Pesquisas Etnográficas no Sudeste da África Oriental”, Maputo: Ministério da Cultura/Departamento de Museus, 2000.

Zolho, Roberto. “Effect of Fire Frequency on The Regeneration of Miombo Woodland in Nhambita , Mozambique”, A dissertation presented for the degree of Master of Science, University of Edinburgh. 2005

Anexos

Anexo 1: Seminário Mocimboa da Praia, 13 de Novembro de 2010: Projecto de estudo das dinâmicas de regeneração florestal no norte de Cabo Delgado – ideias preliminares para discussão.

1. A regeneração das florestas – natural ou induzida – garante a sustentabilidade do recurso que por sua vez é a base para assegurar qualquer processo de desenvolvimento sustentável. As áreas visitadas em Cabo Delgado mostram a persistência de dinâmicas prejudiciais a manutenção da sustentabilidade. Há uma alta pressão sobre os recursos devido a extracção (cortes – legais e ilegais, corte de estacas (que retiram arvores jovens em crescimento), queimadas.

Verificamos que a pressão sobre o recurso florestal é alto nas proximidades de aldeias e assentamentos humanos. Nos locais de fácil acesso por estradas e caminhos há uma intensificação da desmatção.

2. As concessões florestais –MFJ e Comadel – mostram que há extensas áreas a necessitar de cuidados . Três medidas parecem adequadas – controlo das queimadas descontroladas, manutenção de processos de reprodução – porta-sementes, limpezas e uma selecção de arvores para abate mais consciencioso evitando se o corte de arvores que ainda se podem desenvolver mais. A pressão poderá ser reduzida com os projectos futuros de troca de carbono mas sem uma mudança nas dinâmicas internas de uso dos recursos pouco ou nenhum benefício será obtido.
3. Os comités de recursos naturais são um instrumento fundamental para criar dinâmicas de participação popular e de cidadania entre os habitantes dessas regiões. Em quatro aldeias a equipa de investigação da Universidade de Bern e da UEM assistiu a elaboração de planos de actividades dos CRN em 2009. Em 2010 verificamos que as 4 aldeias não tinham implementado os planos que elas próprias tinham implementado nem elaborado o plano para 2010. Somente uma, 5 Congresso, apresentou um plano depois do encontro de discussão. Das 7 tarefas listadas em média por cada aldeia só foram cumpridas e parcialmente duas – contactos para abertura de furos de água e para obter apoios da MITI As tarefas não cumpridas incluem- combate contra queimadas, caçadores e madeireiros furtivos, listagem e mobilização de serradores e caçadores.
4. A actuação das autoridades (agricultura, florestas, administração do estado) e pouco visível e contraditória o abate do elefante em Outubro na aldeia de Namiune, a não reparação do poço na hospital de Conga avariado desde Novembro de 2009 e sobretudo a atribuição dos 20 por cento sem que as aldeias estejam organizadas. Estes fundos aumentam as contradições já existentes nas aldeias e entre os aldeões. Os fundos não são gastos de uma forma transparente nem aplicados em tarefas que ajudariam a comunidade a consolidar-se e os residentes a saírem beneficiados. Cobrem se igrejas, mesquitas, sedes de partido ou mesmo mercados e bazares. Há outras prioridades para os residentes.

Anexo dois

ANEXO DOIS: Plano do 5ª Congresso para 2011

1	Uma reunião cada trimestre: – análise das actividades desenvolvidas – o relacionamento dos membros da comissão
2	Formação de grupos de fiscalização e distribuição de zonas: ----- Mohamed Arde (chefe do grupo) “A” Sofia Mussa Assane Saide ----- Selemane Muamede (chefe do grupo) “B” Abudo Alifa Agili Mohamed ----- Sefo Assumane (chefe do grupo) “C” Mussa Abdo Rehema Saide ----- Alfane Badala (chefe do grupo) “D” Rachide Ntenda Fato Sumail Saide Chucame -----
3	Reunir e listar todos os serradores manuais: quais os meios que utilizam, se têm licenças, que tipos de árvores eles cortam.
4	Sensibilizar a população para fazer machambas em blocos e utilizar as redes de caça para evitar as queimadas descontroladas.
5	Informação à população das despesas e gastos e o dinheiro em stock dos 20%.
6	Contactar a empresa Cwater para a abertura de três (3) poços na aldeia.
7	Controle de fundos financeiros da aldeia
8	Contactar com o empreiteiro (MITI Limitada?) duas vezes por ano.

A Comissão do 5º Congresso

O presidente da Comissão

Alfane Badala

Novembro de 2010.